

CARTA DE VIÇOSA

O CONDICA_p (Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior) realizou, nos dias 13 e 14 de novembro, o **Seminário de Reformulação do Ensino Médio: a realidade dos Colégios de Aplicação**, sediado no CAP-COLUNI da Universidade Federal de Viçosa. Os docentes, técnico-administrativos e os discentes dos Colégios que compareceram ao Seminário, representando seus pares, após debater o tema durante o evento expressaram suas posições acerca do tema.

A Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) foi realizada sem a participação de entidades representativas da área da educação e da sociedade civil, sem levar em consideração um longo processo de discussão que, desde 2012, já ocorria no próprio Congresso Nacional e no Conselho Nacional de Educação. Essa Reforma, além de retirar direitos dos estudantes do Ensino Médio de conhecer relevantes áreas de conhecimento, não resolve problemas fundamentais da educação nacional.

Diante deste preocupante quadro, os participantes do Seminário vêm por meio desta:

1. Manifestar a compreensão que esta Reforma é uma contrarreforma, e que por isso há um retrocesso no entendimento do que é educação para o mundo do trabalho e educação para o mercado de trabalho;
2. Defender a autonomia universitária;
3. Denunciar as graves implicações do projeto do governo para a educação tanto no nível interno dos CAP quanto nos demais sistemas de ensino;
4. Reforçar a essencialidade da diversidade do currículo para a Educação Básica, garantindo a equidade de todas as disciplinas curriculares;
5. Denunciar que os itinerários formativos não se constituem, necessariamente, em opção de escolha para os estudantes;
6. Denunciar que esta contrarreforma está pautada em uma BNCC (Base Nacional Comum Curricular) do Ensino Médio inconclusa;
7. Defender a laicidade na/da Educação Pública;
8. Defender a inclusão de todas as modalidades de ensino (Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, entre outras diversidades);
9. Dialogar com as licenciaturas denunciando as implicações da contrarreforma para a formação de professores;
10. Defender a revogação da Lei 13.415/2017.

Viçosa, 14 de novembro de 2017.